

Código da Proposta	Eixo	Proposta
AC05	V	Construir políticas públicas que garanta o desenvolvimento do audiovisual, considerando a importância das informações como base para as decisões políticas; do controle social na elaboração, acompanhamento e avaliação dessas políticas, bem como a distribuição de responsabilidades entre as instâncias governamentais e o estabelecimento de um sistema de repasse de recursos para esse segmento.
AL01	V	Democratização da gestão das políticas públicas, com participação da sociedade organizada na elaboração, implementação, acompanhamento e controle dessas políticas, através de conselhos deliberativos e/ou fiscais (ou estruturas equivalentes) e ouvidorias independentes junto aos diferentes órgãos e agências do audiovisual.
GO03	V	Participação da sociedade organizada na elaboração, acompanhamento e controle das políticas públicas do Audiovisual, através da criação de conselhos deliberativos e/ou fiscais (ou estruturas equivalentes) e ouvidorias independentes junto aos diferentes órgãos e agências, programas, secretarias e departamentos de cultura.
RN16	V	Promoção da criação de Conselhos Deliberativos e Fiscais e/ou Ouvidorias Independentes para que haja a democratização da gestão das políticas públicas.
RN17	V	Participação da sociedade civil organizada na elaboração, acompanhamento e controle das políticas públicas.
AP01	V	Que o município promovesse, ao menos, um edital anual, de incentivo à qualquer fase da produção de uma obra do audiovisual, o que forçaria aos secretários uma possível negociação sobre a que fase cada município publicaria o seu edital. E mesmo que isso não acontecesse, cada estado teria uma variedade de editais provocando uma excelente articulação entre os produtores e realizadores.
MA05	V	Fomentar uma política de discussão local e regional, objetivando subsidiar a discussão nacional para a elaboração do Plano Nacional do Audiovisual.
MG01	V	Mapeamento e diagnóstico minucioso sobre as condições, conquistas e carências do setor audiovisual, em âmbito estadual e local, visando a elaboração de um plano de ação geral para o setor.
PA05	V	Fortalecimento do papel do Estado enquanto articulador e executor das políticas públicas, com garantias de controle social, estimulando a criação de secretarias de cultura, inexistentes hoje na maioria dos municípios brasileiros, dotando-as de orçamento próprio como estipula a PEC 150.

Código da Proposta	Eixo	Proposta
PE05	V	EBC - votação para escolha dos 15 membros da sociedade civil, ou parte deles, que poderão compor o Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).
RN15	V	Que o Estado possa atuar como articulador e executor das políticas públicas para o audiovisual, garantindo à sociedade o controle social.
RN18	V	Criação de secretarias de cultura, em municípios brasileiros onde ainda não existem, dotando-as com orçamento próprio (PEC 150).
RN19	V	Criação, dotação de recursos e manutenção de organizações sociais e populares (cineclubes, cooperativas, núcleos, coletivos, enfim) e suas entidades representativas (incluindo recursos para a realização de reuniões, encontros, congressos, não apenas e somente, os que forem coordenados pelos governos federal, estadual e/ou municipal).
RR01	V	Definir políticas públicas permanentes de patrocínio sob gestão compartilhada com as Universidades Federais e Sociedade Civil organizada para capacitação, produção e exibição em âmbitos municipais, estaduais e federais.
SC01	V	Criação de órgão estadual da sociedade civil, com assento para o setor público, que reúna todas as entidades representativas da área audiovisual para propor, deliberar e gerir políticas públicas do setor (como o modelo do Fundacine/RS).
SC03	V	Criação de uma instituição de caráter público, com assento da sociedade civil, para distribuir a produção cinematográfica de Santa Catarina no circuito de exibição estadual, articulando a entidade com a produção audiovisual dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.